

Da ocupação à retomada: cartografando processos de subjetivação em território urbano

Rodrigo Schames Isoppo¹

RESUMO: Uma vez que a cidade não pode ser compreendida dissociada da produção de subjetividade, o artigo visa compreender o fenômeno da urbanização moderna como desdobramento socioespacial do que Achille Mbembe nomeia como Necropolítica: projeto de poder ambicionado pelo ocidente capitalista, dentro do qual canoniza o sujeito europeu como universal a partir de pressupostos autodeterminados pela racialidade. Apresentando um processo cartográfico no cotidiano insurgente da Ocupação Baronesa, retomada de território localizada em um dos primeiros territórios negros da cidade de Porto Alegre, este artigo investiga o uso ordinário do planejamento urbano como estratégia para chancelar o genocídio, o etnocídio e o epistemicídio contra populações que cultivam diferentes sentidos de territorialidade. Inspirado na genealogia foucaultiana, o artigo busca escovar a história à contrapelo, concentrando seu olhar onde o choque de forças antagônicas é inevitável, revelando a face controversa do discurso moderno, bem como os agenciamentos que resistem a essa captura e oferecem outros horizontes de subjetivação para o planejamento urbano fora da gramática capitalista. Fará isso a partir de um percurso imersivo no território que, em sua caminhada, ofereceu novos paradigmas epistemológicos ao planejamento urbano na esfera institucional e acadêmica e à luta pela reforma urbana na esfera militante.

Palavras-chave: ocupação; retomada; subjetivação; território urbano; cartografia.

Recebido em: 02/04/25 | Avaliado em: 28/08/25

Publicado em: 02/06/26

¹ Doutor em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Estágio de pós-doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS; E-mail: minhopa@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5971-9421>.

Como citar:

ISOPPO, Rodrigo Schames. Da ocupação à retomada: cartografando processos de subjetivação em território urbano. *PragMATIZES-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura*, Niterói/RJ, Ano 16, n. 30, p. 01-24, 2026. DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v16i30.67169>.



Introdução

O artigo propõe apresentar uma cartografia dos processos de subjetivação que emergem da relação do sujeito com o território urbano. Ela foi feita a partir de um processo imersivo no cotidiano de lutas por direito à cidade, deslocando o autor para dentro de uma disputa de território protagonizada por famílias negras e indígenas em contexto urbano sem acesso à moradia.

Explorar o enlace entre o urbanismo e a subjetividade implica, antes, problematizar uma leitura conceitual de sujeito, que, por um longo período na tradição científica do ocidente, se inscreveu como síntese de supostas realidades psíquicas objetivas - identidades -, resididas, por sua vez, no plano da interioridade do indivíduo. Tal modo de pensar, com efeito, deixa de perceber o espaço como agente na produção da subjetividade, reduzindo-o a um neutro cenário, sem relevância às dinâmicas do ser.

De certo modo, toda a história da Psicologia foi influenciada pela assimilação da subjetividade à noção de interioridade. Uma das consequências dessa formulação foi a tendência de segmentação dos estudos psicológicos em relação aos estudos sociais, ou seja, uma divisão disciplinar. A disciplina da Psicologia toma, assim, seu objeto de estudo de modo desconectado em relação ao espaço social, sofrendo, portanto, de um solipsismo desde seu nascimento como ciência. (Ferreira Neto, 2004, p. 3)

De outro modo, defende-se aqui, tal como Ferreira Neto (2004), a produção de subjetividade como um processo que não assume uma estrutura psíquica finalizada e definidora, uma vez que o sujeito é permeado pela exterioridade, ou seja, suscetível à experiência cotidiana cultivada em seu respectivo território entre os elementos que nele interagem. Variável, portanto, às suas paisagens, seus fluxos, suas normas, contingências, diretrizes, mitos, etc. Assim sendo, este artigo convoca a Psicologia Social a fazer uma interface com o repertório do Planejamento Urbano - modelo socioespacial essencializado e disseminado desde a Modernidade -, sobretudo aprofundando os aspectos mais recônditos detectados desta cumplicidade.

Assim, partindo do princípio que a cidade interfere na modulação da subjetividade de uma sociedade, opta-se pelo uso das ferramentas conceituais e investigativas propostas pelo filósofo Michel Foucault (1979a; 1979b; 2005; 2008a; 2008b), a fim de compreender a realidade urbana enquanto um processo, nunca encerrado, efeito das relações de poder e saber, logo, atravessado por seus aspectos históricos, sociais, culturais e políticos que, além de ser por eles constituídos, também incidem na produção



de subjetividade.

Ao longo de sua obra, à medida que aprofunda a relação entre poder e sujeito, Foucault (1995) encontra um instrumento vigoroso na genealogia para tramar a coreografia das correlações de forças num dado contexto histórico sob as lentes do presente. Dispositivo pelo qual propõe conceber o percurso histórico não como agenciamento de eventos que obedece a uma ordem progressiva de aperfeiçoamento civilizatório, tal como é arquitetada pela narrativa moderna do ocidente europeu, mas sim dedicado a compreender e investigar a emergência de configurações singulares de sujeitos, objetos, enunciações e conflitos decorrentes das relações de poder. A genealogia, pegada aqui de empréstimo, é um potente recurso para fazer uma imersão à contrapelo (Benjamin, 1987) no inventário histórico que retrata o processo de urbanização brasileiro, em especial a urbanização do município de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul.

Aplicada neste artigo, o olhar genealógico se propõe a repercutir as erupções insurgentes em território urbano que, em função de sua singularidade e imprevisibilidade, conseguiram escapar do cativeiro da invisibilidade e morder o calcanhar do poder instituído de forma extemporânea e inaudita, deixando nuas as contradições, abusos e dissensos da urbanização imperativa moderna, desafiada, por sua vez, a recuar, justificar-se sob novos enunciados, rearranjar suas defesas e estratégias de controle. Acontecimentos dessa magnitude, em que pese o desfavorável acesso aos recursos emancipatórios e aos espaços institucionais de decisão, ainda assim são extraordinariamente sugestivos para desmistificar a indefectibilidade da soberania do ocidente perante os demais modos de existir e habitar.

O exercício da genealogia entra em sintonia com o recurso da narrativa e com o método cartográfico, ambos elegendo como campo de análise territórios em conflito na cidade de Porto Alegre, onde estão situados processos de ocupação urbana e de retomada, células coletivas e autônomas que denunciam a falta de compromisso das instituições com a salvaguarda do direito à moradia e à cidadania de boa parcela da população. Se a genealogia permite analisar o processo de formação das cidades a partir do conjunto de conflitos, condições de possibilidade e relações de poder que deram encadeamento às diretrizes e contrassensos do planejamento urbano contemporâneo, é através da narrativa que se propõe exumar as experiências relativas ao estreitamento com o



território consideradas atípicas ou mesmo afrontosas ao padrão capitalista (e não por isso primitivas, ilegítimas, descartáveis ou irrelevantes). Cintilam em face do contraste provocativo à universalidade, com potencial de serem absorvidos como fonte de inspiração no acervo subjetivo dos múltiplos sentidos que podem germinar quando se fala em habitar em sociedade, não tivessem seus legados materiais e subjetivos tidos como alvo ofensivo das retroescavadeiras do progresso moderno. Tais campanhas alimentam a hipótese de que a penetração e sustentação da subjetivação capitalista foi norteada pela incansável obstinação de se fazer homogênea e inflexível às diferenças, resultando no empobrecimento da imaginação narrativa e no apagamento de existências. Segundo Kearney,

Esse poder de empatia com seres vivos que não nós mesmos – quanto mais estranhos, melhor – é um teste supremo não só de nossa imaginação poética, mas também de nossa sensibilidade ética. E é nesse sentido que podemos chegar a dizer que os genocídios e as atrocidades pressupõem um fracasso radical da imaginação narrativa. (Kearney, 2012, p. 418)

Uma investigação densa e comprometida com a realidade, que propicie horizontes tangíveis para atenuar a crise urbana, há de considerar, portanto, o testemunho transmitido por segmentos contra os quais as políticas e diretrizes da gestão urbana revelam-se disfuncionais, ou seja, sem cumprir com direitos elementares para o exercício da cidadania, quanto menos reservar espaços de incentivo para autodeterminação e emancipação. Não apenas considerar, como, sobretudo, enquanto pesquisador, implicar-se como parte do problema, o que envolve interrogar os pressupostos herdados pela subjetivação moderna inclinada a recorrer à realidade particular do outro sem abdicar das próprias lentes, como se estas fossem acessórios indeclináveis para decodificar a verdade com absoluta precisão e inteligibilidade. Ao contrário disso, defender sem ressalvas que lhes seja ressarcida a autoridade narrativa sobre sua existência e o protagonismo na elaboração das experiências gravadas em seus respectivos corpos.

O propósito de sustentar essa postura em campo foi oportunizado pelo método cartográfico. Amadurecido e recomendado nas últimas décadas por professores e pesquisadores da Psicologia Social brasileira (Passos; Kastrup; Escóssia, 2009), até então inquietos com as limitações e impasses do acervo metodológico científico disponível para investigar problemas de natureza subjetiva e impermanente. Unidos por afeição ao pensamento disruptivo e rizomático de Deleuze e Guattari (1980), construíram-se pistas que orientam o exercício cartográfico, operação a ser incorporada pelo pesquisador a fim



de acompanhar o percurso derivante de uma realidade permeada pela experiência, isto é, sensível, sobretudo, às indeterminações e imprevisibilidades do processo.

Escrever este texto nos obriga também – outra imposição do método cartográfico – à experimentação de um modo de dizer compatível com a problemática que nos mobiliza. A cartografia pressupõe uma política da narratividade que permita a dissolvença das posições estanques geralmente associadas ao trabalho da pesquisa: aquele que conhece e aquilo que é conhecido. (Passos, 2009, p. 132)

A cartografia enquanto processo metodológico, foi adotada para pavimentar e iluminar a estrada sinuosa que separa um pesquisador forasteiro, dispondo de um repertório de experiências próprio e distante da realidade cotidiana do universo que elegeu investigar. Poderia dizer com precisão que o ponto de partida cartográfico foi a experiência desse mesmo corpo decidido a acompanhar e participar do cotidiano de uma etapa do processo de retomada de território conduzido pela Ocupação Baronesa. A concepção do problema e sua gradual diligência, decorrem sobretudo desse contágio, que, ao longo do processo, pressagiu um intervalo de acesso corrente entre a ocupação e a retomada, até então abstraído na gramática das lutas pelo direito à cidade, se fazendo manifestar em função da composição heterogênea do coletivo, um paradigma até então rarefeito tanto no repertório do conhecimento acadêmico quanto na bagagem dos movimentos sociais. Despertava-se, em tempo real, uma consciência nova de que a longa caminhada da militância nunca esteve restrita, em última instância, à pauta habitacional. Trata-se de algo bem maior, bem mais complexo, bem mais profundo que coube à cartografia absorver e transmitir. Em suma, este artigo se dedica a mobilizar a seguinte pergunta: Partindo do princípio de que a cidade interfere na modulação da subjetividade de uma sociedade, em que grau as ocupações e retomadas em território urbano fazem germinar processos de subjetivação contra-hegemônicos à altura de viabilizar horizontes de habitabilidade nas cidades com maior imunidade à captura do capitalismo?

Abordando os conceitos: sujeito e território urbano

Esta seção se dedica a tecer um pano de fundo ao leitor a fim de situá-lo no debate, apresentando os pressupostos conceituais que, efeito de um exercício genealógico acerca do processo civilizatório do ocidente moderno, endossam a relevância do problema de pesquisa suscitado na introdução. Trata-se aqui de examinar a conjuntura política, econômica, simbólica e subjetiva em torno da qual convergiram os discursos enaltecidos desse projeto condecorado como Modernidade, bem como as operações



destinadas a ocultar e dissimular suas fragilidades e contradições.

Todo esse resgate permite aflorar os meios adversos pelos quais foi erguido e admitido o modelo civilizatório capitalista (e sua aplicação na ordenação socioespacial), canonizado por seus disseminadores como o mais triunfante e íntegro receituário para a espécie humana prosperar. Tal fabulação moderna, forjada, dentre outros distintivos, na insígnia da liberdade, igualdade, desenvolvimento tecnológico e progresso científico, foi edificada, entretanto, em cima de dois firmamentos paradoxais aos seus predicados éticos, situação diante da qual o sistema é compelido, arditosamente em suas técnicas de subjetivação, a encobrir ou distorcer: a colonização e o tráfico de escravizados.

A partir do conceito de biopolítica, Foucault (1979b; 2008a; 2008b) tratou de trazer uma outra abordagem para estudar o poder e suas condições de operação que reedifica a emergência do pensamento moderno ocidental e sua agremiação ao modo de produção capitalista. Afirma o autor que a biopolítica demarca uma recomposição das operações de poder e dos meios para assegurar a manutenção da soberania. Antes confiada à morte como único signo de incentivo à ordem e à obediência, o contexto muda com a emergência da racionalidade moderna. Não mais na morte, outrossim na exaltação de uma vida normalizada, empenhada individualmente em perseguir seu máximo de produtividade, acondicionada às demandas deste novo paradigma de sociedade. Esta nova arte de governar (Foucault, 1979a), focada na conservação de uma população longeva e prestativa, se conectava à conjuntura de efervescência dos núcleos urbanos, cuja população adensava-se vertiginosamente, atraída para atender à demanda por mão de obra em escala industrial. Implicava aos governos o investimento em mecanismos de vigilância mais sofisticados, tecnologia contábil e sanitária à altura, e o desafio de cultivar uma população minimamente satisfeita ou iludida, voluntariamente a serviço desse modo de vida, com uma perene sensação fictícia de livre-arbítrio e autonomia do desejo, de modo a evitar a eclosão de um cenário caótico.

Foi no seu curso “Em defesa da sociedade” que Foucault (2005) chegou à tese de que, para consolidar essa nova forma de governo, voltada a manter uma estabilidade pacificada na afirmação da vida sem o apelo à violência como único recurso para perpetuar uma relação de dominação incondicional, subsidiou um estado de guerra interna perpétua sem perturbação à normalidade. Não entre estados, mas no seio da própria população, através de uma operação de cisão alicerçada na ideia biológica de



raça.

E, se é verdade que o poder político para a guerra, faz reinar ou tenta fazer reinar uma paz na sociedade civil, não é de modo algum para suspender os efeitos da guerra ou para neutralizar o desequilíbrio que se manifestou na batalha final da guerra. O poder político, nessa hipótese, teria como função reinsserir perpetuamente essa relação de força, mediante uma espécie de guerra silenciosa, e de reinseri-la nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, até nos corpos de uns e de outros. (Foucault, 2005, p. 23)

O campo de batalha se deslocaria de forma particular na esfera da subjetividade, por meio do qual o vencedor é sempre o mesmo. Sem necessidade de assumir um lado, mantém o monopólio da palavra, do diagnóstico, da lei, do registro, da história, do que será esquecido e lembrado – em suma, da verdade. E, ancorado na legitimidade, defenderá, reclamará, fará valer juridicamente os seus interesses particulares. No caso da Europa Moderna, interessava às elites burguesas, por exemplo, o sacramento à inviolabilidade da propriedade individual; a lealdade das instituições ao mercado; a livre iniciativa para acumular capital; o progresso científico e a inteligibilidade do mundo sob pressupostos objetivos; a moral judaico-cristã para regular a sexualidade e o trabalho reprodutivo sob o manto do patriarcado e; - transversal à todos estes -, o pressuposto da segmentação biológica da espécie conforme uma hierarquia de natureza racial, de modo que, com isso, pudesse o caucasiano europeu nivelar, tendo a si mesmo como matriz comparativa, o grau de licenciamento do outro no pacto social.

A raça, o racismo, explicava Foucault, “é a condição de aceitabilidade da condenação à morte numa sociedade de normalização”. E conclui: “A função assassina do Estado só pode ser garantida, funcionando o Estado no modo do biopoder, através do racismo” (Foucault, 2005, p. 67). Nesse ponto de vista, a raça, simultaneamente situada como ideologia, funciona também como um dispositivo de segurança, uma tecnologia de governo (Foucault, 2005, p. 71), um catalisador para a salvaguarda de uma identidade comum por exclusão. Incompleta será a análise sobre a Modernidade, segundo o autor, enquanto não for reconhecida a denúncia de que seu advento se coaduna com uma nova concepção do princípio de raça.

Com efeito, que é o racismo? É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distribuição das raças, a distinção das raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros. Em



resumo, de estabelecer uma cesura que será do tipo biológico no interior de um domínio considerado como sendo precisamente um domínio biológico. Isso vai permitir ao poder tratar uma população como uma mistura de raças ou, mais exatamente, tratar a espécie, subdividir a espécie de que ele se incumbiu em subgrupos que serão, precisamente, raças. Essa é a primeira função do racismo: fragmentar, fazer cesuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder (Foucault, 2005, p. 304).

O racismo, afinal, foi o recurso de subjetivação empreendido para manter a soberania eurocêntrica sem a necessidade de assumir os custos de uma guerra aberta. Custos que não são estritamente monetários, mas, sobretudo, o ônus em uma guerra onde o que está em jogo é o domínio do sujeito, a estrutura medular do biopoder, exposta a lesões permanentes sob as quais um choque entre antagonismos daria precedência. Se Foucault dizia que o racismo é uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, regulando a economia e a distribuição da morte e tornando aceitável e até desejável a prerrogativa do Estado usar o extermínio, o filósofo contemporâneo Achille Mbembe (2018a; 2018b) vai além. De acordo com seu pensamento, para autorizar esta estrutura, teria sido necessário impor uma campanha de etnocídio biofísico, cultural e territorial a longo prazo, a fim de desnutrir qualquer predisposição à empatia capaz de suturar o corte que inflama a normalização do racismo de Estado.

Foucault, embora tenha fornecido ferramentas analíticas poderosas para entender as relações de poder, saber e subjetividade, expondo através dela a face oculta do pensamento moderno, sua própria origem europeia impediu que o exercício genealógico aprofundasse a promiscuidade do biopoder com a barbárie colonial e imperialista que exterminou e escravizou povos e nações fora de suas fronteiras continentais. Mbembe, leitor e simpático às suas teses, se comprometeu a preencher estas lacunas sugerindo assimilar a noção de Necropolítica (MBEMBE, 2018a), a fim de traduzir a dimensão do fenômeno a partir do ponto de vista das nações colonizadas e dos sujeitos racializados.

A violência colonial institucionalizada, para Mbembe, deve ser entendida como expressão mais cristalina de como o racismo foi e continua sendo a tecnologia biopolítica mais pertinente para normalizar medidas de exceção sem ferir os códigos supostamente universais do pacto civilizatório. As colônias demonstraram-se verdadeiros laboratórios de inspiração necropolítica, onde a aplicação das leis, códigos e garantias poderia ser suspensa sem causar constrangimento uma vez que estivessem a serviço da civilização. A racialidade é o recurso a partir do qual toda singularidade ontológica é concebida como



ameaça ao progresso, justificando assim um cenário sobre o qual o sujeito racializado repousa desde sempre em uma categoria inferior de humanidade, sem legado, sem conhecimento, sem cultura, sem religião, sem história, sem racionalidade. Uma campanha permanente de etnocídio e epistemicídio² para tornar aceitável a suspensão de seus direitos. Um sintoma que pode até ter descendido do regime escravocrata, mas que, definitivamente, a ele não se restringe: no máximo, é customizado para poder ser ingerido sem engasgar nas novas convenções.

A postura de desqualificar o passado também tem uma função para a subjetivação capitalista. Permite pressupor que a civilização ocidental rege o compasso do tempo, sem a qual a vida se perderia na inércia, na passividade de sua própria desordem, onde a espécie humana se manteria refém do Estado de Natureza (Rousseau, 1757). Fizeram da história planetária um monólogo do homem ocidental, onde o genocídio soa tolerável, ou deve ter havido algum pretexto nobre, uma vez que as mãos cobertas de sangue pertencem a um sujeito civilizado. A falta de empatia é um sintoma crônico que se deve, em boa parte, ao etnocídio e ao epistemicídio, ferramentas auxiliares operadas para destituir a autonomia existencial e testemunhal daquele grupo, presumindo sua própria verdade sobre ele, retirando dos anais suas realizações, suas cosmovisões, suas identidades, seus trunfos.

A urbanização moderna foi o desdobramento desse desejo de traduzir e distribuir a humanidade em sua modalidade socioespacial. Descrevendo de outra forma, urbanizar foi a alternativa encontrada para justapor, em um solo seguro, a prática necropolítica intrínseca à racionalidade capitalista, eficiente para que esta fábula obscena pudesse se concretizar com discricção e impunidade, arditosamente dentro da normalidade e com forte penetração na produção de subjetividade. O Estado de exceção se deslocou das colônias para as periferias urbanas.

No entanto, embora dirigindo todo o arsenal que foi possível acumular, dispondo

² O termo “etnocídio” é traduzido como a ação que promove ou tende a promover a destruição de uma etnia ou grupo étnico, sobre a qual não está circunscrita somente à eliminação física de indivíduo ou de grupo. Sua característica essencial está na aculturação forçada de uma etnia ou grupo étnico, por outra cultura mais poderosa, levando, em última instância, o desaparecimento de uma ou de outra. Por “epistemicídio”, Boaventura de Souza Santos (1998) define que, “é o processo político-cultural através do qual se mata ou destrói o conhecimento produzido por grupos sociais subordinados, como via para manter ou aprofundar a subordinação. Historicamente, o genocídio vem estado com frequência associado ao epistemicídio. Por exemplo, na expansão europeia o epistemicídio (destruição do conhecimento indígena) foi necessário para ‘justificar’ o genocídio de que os indígenas foram vítimas” (SANTOS, 1998, p. 208) [tradução minha].



de toda a tecnologia de vigilância, de distorção da paisagem, de segregação socioespacial, já cantava Raul Seixas: “nunca se vence uma guerra lutando sozinho”. A vida, diante da calamidade, sempre encontra uma fresta para reagir. E saber reagir com persistência é uma dádiva reservada aos que encararam a morte, nunca para quem se blindou dela. Ver-se-á nos capítulos que seguem como a experiência em campo, a interação direta com o território urbano e a disposição de se abrir às realidades periféricas recebem todo crédito pelo arcabouço teórico que desta forma foi costurado.

Onde os antagonismos se chocam: o ponto de partida cartográfico

As cidades não foram concebidas numa decisão de gabinete com a emergência do capitalismo (tampouco o capitalismo foi gerado num piscar de olhos). “Elas se constituíram como fruto da imaginação, do trabalho articulado de muitas pessoas e seus saberes diversificados, compartilhados na experiência da vida em comum” (Caron; Isoppo; Oliveira; Perseu, 2020, p. 2). Elas foram ganhando diferentes destaques no cenário social, na medida em que iam se adaptando às demandas e finalidades emergentes do novo modo de produção.

Em decorrência da Carta de Atenas (CIAM, 1933), manifesto que promoveu o planejamento urbano funcional/racional, separando e hierarquizando as funções da vida cotidiana moderna, propondo uma renovação de antigos centros urbanos consolidados e apontando o automóvel como a grande saída para a mobilidade, foram produzidas cidades fragmentadas, dispersas, injustas, desiguais; social e ambientalmente insustentáveis. Tais cidades são, também, reflexo de uma estrutura econômica em que a produção material é compreendida como a única chave para a prosperidade. Os corpos humanos são racializados, sexualizados, comercializados, controlados, encarcerados e transformados em peças de engrenagem de uma máquina produtora e consumidora de bens, onde a terra e os saberes, antes compartilhados, se tornaram bens patrimoniais individuais e não recursos a que todos têm direito de fruição. (Caron; Isoppo; Oliveira; Perseu, 2020, p. 3).

Grandes metrópoles, em destaque as brasileiras, originaram-se de vilas favorecidas, em sua grande parte, por se localizarem na proximidade de alguma bacia hidrográfica. Via de regra, atravessaram por uma fase de “modernização” ou “embelezamento”, fazendo com que muitos desses rios fossem canalizados a fim de dar vazão às vias e aos edifícios monumentais, obedecendo aos caprichos econômicos das grandes empreiteiras. Essa é uma das fotografias do que significou urbanizar-se sob a direção da Modernidade.

Tais cidades hoje são também reflexo de uma estrutura econômica em que tudo



que se tem é convertido em mercadoria, incluindo ela mesma (Maricato, 2015). Todo valor simbólico e nutritivo da terra e das águas, equilibradamente preservadas por culturas tradicionais e saberes ancestrais, foi esterilizado pelo capitalismo para azeitar as engrenagens da monocultura de commodities – no caso dos territórios rurais, ou como sala de visitas³ – no tocante ao solo urbano.

A urbanização brasileira é caracterizada por muitos pensadores da área (Maricato, 2003; 2015; Vainer, 2002; Rolnik, 2015, 2019; Villaça, 1999) como uma operação catastrófica e turbulenta, uma vez que o Brasil não concretizou nenhuma contrapartida fundiária após 350 anos de economia escravista que chegava ao fim. Um calo histórico que gerou problemas estruturais não calculados durante a transição da cidade colonial para a cidade moderna, muito em razão da subjetivação colonial dispersa nas entranhas do continente: nutrindo a obsessão por replicar o modelo europeu de planejamento nos trópicos, indiferente às suas singularidades. “Foi sob a égide do embelezamento que nasceu o planejamento urbano (lato sensu) brasileiro” (Villaça, 1999, p. 193).

Uma destas singularidades é a questão do enorme contingente de negros recém libertos do trabalho forçado nas lavouras, a quem o Estado Brasileiro negou ressarcimento. Sem terra, moradia e renda, a única alternativa destas famílias foi migrar para os núcleos urbanos em busca de emprego. Acontece que nessas cidades, diferente da Europa, não havia um processo de industrialização nascente, restringindo o acesso desse segmento a uma fonte de renda estável. Foi por ação dessa conjuntura, deliberada e priorizada pela gestão do município, que foi encomendada a mais aguda crise urbana que, com o passar do tempo, só se acentuou com proporções irreversíveis. Um corte socioespacial que definiu todo o enraizamento dos processos de subjetivação sob a dupla égide necropolítico-capitalista. Latente em praticamente todos os municípios urbanizados do país, inaugurava assim duas territorialidades insolúveis, compartilhando da mesma governança. Insolúveis e abissalmente desiguais: uma ficou reconhecida como cidade formal (onde se destina a maior fatia orçamentária) e a cidade informal, as famosas periferias, favelas, vilas: áreas de habitabilidade precária, escassas de equipamentos públicos, com difícil acessibilidade, onde o Estado só se faz presente por

³ “Na esteira desse desejo de modernidade burguesa estava a concepção da cidade enquanto “sala de visitas”, que requer a transformação estética do espaço urbano. Segundo a concepção vigente na época, modernizar significava “livrar-se” do seu passado colonial e de tudo que remetia a ele: modo de vida e padrão arquitetônico.” (VIEIRA, 2017, p. 66)



meio da violência. Se engana quem julga como um erro de percurso, todavia. Manter uma área com ocupação irregular nas margens urbanas foi e continua sendo uma estratégia calculada para manter o baixo custo de reprodução da força de trabalho concomitante à acumulação do mercado imobiliário especulativo, características que ensejam nostalgia para os saudosistas da escravidão.

Se a operação foi bem-sucedida, deve-se sobretudo às técnicas empregadas pelo próprio planejamento urbano para despistar sua parcela de responsabilidade e cancelar sua própria versão glorificante da história, erguendo barreiras materiais e imateriais de visibilidade, no território das cidades, destinadas a abafar o testemunho destes segmentos racializados contra os quais o Estado renunciou reparação e recondução no pacto social moderno. Acessar estas lacunas onde a colonialidade ainda está enraizada em corpos e territórios, mesmo que sufocadas e distorcidas na cenografia monumental do progresso, implica em se deslocar dos centros de poder e desnaturalizar seus discursos como única fonte de tradução da realidade, para imergir em uma experiência onde não se pressupõe sujeitos agentes e objetos passivos, uma vez que o saber é constituído na prática pela interação narrativa entre diferentes subjetividades em torno de um comum.

Esse deslocamento é um gesto ético-político necessário para a própria Universidade se descontaminar da sua cumplicidade histórica com práticas colonialistas e de referenciais eurocêntricos, adotando o compromisso de identificar e disponibilizar seu instrumental na construção de um pensamento situado desde as margens do poder, apurando as realidades dissidentes e contrahegemônicas que não encontram acesso nas esferas institucionais de saber, seja a partir do encontro, da aliança em rede, da escuta de narrativas e do acompanhamento de processos (Barros; Kastrup, 2009).

No caso desta cartografia, considero como ponto de partida a decisão de me envolver em uma sequência de encontros promovidos pelo Fórum Regional de Planejamento (mais precisamente pela RPG1 que contempla a região central de Porto Alegre)⁴, articulados em razão da iminência do prazo previsto para a revisão do Plano

⁴ O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA) é um conselho de caráter consultivo que tem por finalidade assessorar a prefeitura na formulação de políticas, planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano que obedeçam às normas e leis previstas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA). Em Porto Alegre conta com 28 membros, incluindo representantes das oito Regiões de Gestão do Planejamento (RGPs). A participação é feita através dos Fóruns Regionais de Planejamento, onde os coordenadores eleitos representam as regiões no CMDUA.



Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), em 2019. Preocupados com a infiltração crescente da racionalidade neoliberal nas diretrizes do planejamento, conjuntura que se refletia na desregulamentação dos instrumentos firmados pelo Estatuto da Cidade, constatou-se a urgência de reunir setores da sociedade em torno de uma agenda comum de resistência, a fim de reestabelecer as garantias constitucionais de participação popular, exercício de direitos e investimento urbanístico com finalidade pública - pautas que foram erodindo em nome da ambição por uma cidade financeirizada.

Representantes de diversas entidades e movimentos sociais, sindicatos e comunidade acadêmica, com famílias desalojadas, discutiam ali estratégias de como impedir que a legislação urbana se concentrasse na resolução de interesses de setores privados, engajados por obter imunidade contra quaisquer obstáculos legais do Estado passíveis de dificultar e fiscalizar a execução de seus projetos lucrativos sem benefícios para a cidade. Mais do que isso, no entanto, incitava-se ali a criar um novo organismo coletivo, disposto a repensar e reinventar as próprias estruturas de funcionamento e articulação, já consideradas antiquadas para fazer frente à altura do fenômeno.

Mas o mais instigante desse relato ainda não foi retratado. O local escolhido para os encontros foi no interior de um acampamento improvisado na calçada da Rua Baronesa do Gravataí. Esse dado irreverente tem um gatilho elementar para a cartografia. Fui tomando conhecimento ao longo dos encontros sobre um movimento protagonizado por famílias indígenas e negras que, semanas antes, ocupavam um conjunto de sobrados em situação de abandono pela prefeitura, até serem despejados. Em resposta à falta de diálogo com a prefeitura, decidiram montar seu acampamento em frente.

Uma edificação com semelhanças à arquitetura das antigas moradias situadas no bairro agora chamado Menino Deus. Não se tratava, contudo, de um imóvel qualquer, escolhido apenas por estar abandonado pela prefeitura sem função social. Por si só, já teria sido uma ação legítima, assim como muitos outros casos de ocupações que adotavam a mesma estratégia. Não era o caso. Aquele território específico foi intencionalmente escolhido e, se pude assimilar as razões concretas e as implicações simbólicas deste pleito, foi porque me dispus a escutar os testemunhos narrados pelas famílias. Sem este acesso, aquele bairro, para mim, seguiria sendo um bairro como qualquer outro, sem registros de sua origem e ocupação. Parcela do atual bairro Menino Deus e da Cidade Baixa foram os primeiros territórios negros da cidade, frutos da



primeira operação de gentrificação urbana coordenada pela gestão administrativa. O Areal da Baronesa, assim denominado, foi consolidado na década de 1880, correspondendo a um loteamento doado à prefeitura pela Baronesa do Gravataí.

Aprendi mais sobre o processo histórico da urbanização de Porto Alegre que, mesmo sendo natural de lá, desconhecia, pouco havia sido ensinado na escola. A história referente aos chamados territórios negros da cidade, ocupados e erguidos pela população negra recentemente alforriada do trabalho escravo, que foi removida e segregada para áreas como esta, na época, distantes do centro. Foram batizadas como Areal da Baronesa e a Ilhota, no eixo sul da capital. Na época, aquela terra era considerada de pouco valor por conta da proximidade com a margem do Guaíba, onde se percorria o atual Arroio Dilúvio, logo, uma região alagadiça, arenosa, imprópria para viver. Essa narrativa, pouco divulgada, porém, foi de suma importância para entender o planejamento urbano em sua relação com a necropolítica e o capitalismo.

No Areal da Baronesa prevalecia “o modo simples de morar”. A região era conhecida pelas suas casas antigas, os fortes laços existentes entre a vizinhança e a presença das “avenidas”, moradias coletivas de aluguel com diversas casinhas de madeira ou peças contíguas, paralelas a um pátio ou corredor. Nelas, os banheiros e os tanques eram coletivos e ficavam localizados no pátio, geralmente. O território caracterizou-se pela relevante presença de famílias negras e pelas práticas culturais ligadas ao seu passado africano, como o batuque, e aos ofícios aprendidos com seus antepassados, como a lavagem de roupas e a quituteria.

A motivação desse deslocamento compulsório é nitidamente racial. Embriagados por reproduzir a tendência estrangeira de modernidade, devota ao progresso e ao controle total da natureza, Porto Alegre passa por uma extensiva urbanização, ampliando as vias, canalizando o curso natural hidrográfico, erguendo edifícios e higienizando os espaços públicos, o que nas entrelinhas significava uma operação de branqueamento do centro, onde até então a população negra, assim que liberta, compartilhava do espaço habitando cortiços situados em ruelas e becos. Responde a um longo e perpétuo processo de apagamento de um povo, que segue operando disfarçadamente, modulando os modos de subjetivação ativados pela cidade no que tange à sua própria paisagem.

O importante aqui é a consciência e a convicção daquelas famílias de que ali era um território de sua pertença, onde seus ancestrais se instalaram, construíram o bairro a



partir de suas necessidades e hábitos culturais, primando por proteção e prevalecendo a noção de comunidade a fim de abrigar com segurança, na medida do possível, o livre exercício de seus costumes, tradições e crenças. Para dizer de outro modo, foram despejados para a periferia, onde lá conservaram seu modo de vida comunitário no território - por necessidade até, já que lá o Estado não protege. Anos mais tarde, com a tendência à ampliação da malha urbana, novamente se depararam com o despejo, para mais longe ainda, e paulatinamente a memória histórica desse patrimônio material e imaterial foi sendo apagada da narrativa oficial, soterrada pelos blocos de concreto da modernidade capitalista. Quero dizer, com isso, que a reivindicação daquelas famílias acampadas não passava por um discurso de ocupar, mas sim, de retomar.

Traduzia-se como um processo de retomada de um território ancestral a fim de revisitar essas evidências históricas para fazer justiça a essa população extorquida de seus lares e subalternizada em favelas distantes. Tinham como contrapartida um projeto de resgate da identidade do bairro e a promoção de modos alternativos de viver e se relacionar com a cidade, acessar direitos e equipamentos públicos, harmonizar a convivência com a vizinhança.

Se hoje estas famílias seguem sem acesso à moradia, é porque nenhum destes despejos e remoções foi reparado ou compensado. Somente a luta poderia trazer de volta aquilo que evitamos constatar: que nosso silêncio faz com que os espólios da escravidão sigam com naturalidade atravessando gerações. O que nos interessa aqui são os espólios relativos à subjetividade. Seguimos olhando para estes territórios de longe, com nossas lentes, e interpretando realidades periféricas à moda colonial: vidas sem sujeito, infames, miseráveis, territorialmente desordenadas, que clamam por tutela e controle.

Entretanto, não estamos tratando de uma população que, considerando sua história, aceita passivamente entregar-se ao genocídio. Desde que foram sequestrados do seu continente, sempre houve significativas reações e rebeliões organizadas, resistências culturais e simbólicas, força e convicção para se reterritorializar. Poderiam ter irrisórios recursos de guerra, pouco acesso aos direitos básicos e instrumentos de poder, singelo alcance midiático, empecilhos dos mais sofisticados para serem acuados de qualquer propósito emancipatório. Mesmo assim, sempre foram temidos pelo poder dominante. E quanto mais mostravam-se obstinados pela liberdade, longe de se inclinar ao sistema, mais o sistema covardemente despendeu energia e violência para evitar levantes, ou



enfrentamento em justas condições. Todo acúmulo tático de resistência desses povos, todas as invenções e criações coletivas vitais e populares para escapar do necropoder foram apreendidas no inventário das lutas urbanas, diante das quais podemos gozar hoje (ainda que falte muito) de uma constituição democrática. É em torno delas que guia o fundamento da genealogia, cujo foco investigativo prevê como epicentro a conjuntura sobrevinda da colisão entre forças antagônicas.

Ocupação Baronesa: retomada de um território ancestral

É fundamental que esses dados históricos, pouco rememorados na narrativa oficial de Porto Alegre, sejam reconhecidos e transmitidos, sobretudo por compreender que aqueles interessados em despejar a negritude para fora da paisagem compartilham do mesmo interesse em suprimí-los do acervo simbólico de Porto Alegre, provando mais uma vez que a violência física é mais tolerável quando acompanhada pelo etnocídio cultural e pelo epistemicídio dos seus fundamentos simbólicos. Evidencia a perpétua e sinuosa operação de aniquilamento de um povo, introjetada de forma cirúrgica nos modos de subjetivação orquestrados pelo necropoder.

Me deslumbrei com essa resistência por levantar questões até então imprevistas no debate sobre o espaço urbano e as lutas pela reforma urbana. Ali continha um potencial propósito de reivindicação diferente para os movimentos sociais por direito à moradia. Após uma longa luta pautada em conceder à população subalterna a oportunidade de possuir um imóvel para morar na região central, essa nova ideia interrogava a devoção de habitar o centro como um ideal urbano. Interrogava os discursos e ações acerca do direito à moradia, que colocava em segundo plano uma pauta primaz: o direito à existência. Com moradia ou sem, no centro ou na periferia, a população pobre continuaria estigmatizada e racializada pela subjetivação dominante, demonstrando a perpetuidade do ideário colonial no país, que conserva a mancha do modelo de produção escravagista que mais tempo vingou e foi defendido entre as nações do continente americano.

Por fim, dessacraliza a noção de propriedade, preferindo fundamentar-se pelo direito ao território, uma tipologia que desafia as estruturas mais enraizadas da cosmovisão ocidental que provê de uma gramática própria inscrita nos códigos legais. Foi em áreas distantes do olhar do capital, apesar de deslocados compulsoriamente, onde foi



selada uma identidade simbólica de resistência e um modo de viver, conviver, pertencer e morar desassociado do contágio intermitente da subjetivação capitalista resultante da gestão e planejamento urbano.

O importante aqui é a consciência de que esse território, embora em grande parte subtraído de suas características originais, é um dos poucos redutos que reacendem nestas famílias, um século mais tarde, um sentimento de pertença, e por isso nada mais legítimo que reclamem via justiça retroativa, a retomada, em nome dos seus ancestrais que ali deixaram suas pegadas, que ali ergueram os sobrados, o bairro, se reterritorializaram, restituíram sua comunidade, preservaram seus costumes e rituais, tornaram possível a continuidade de sua linhagem, seu modo de existência. Para dizer de outro ângulo, são sobreviventes, resistiram a mais de um processo de despejo sem sucumbir, sem abrir mão de seus valores fraternos, seus princípios de habitar que sobrepõem o comum em detrimento do individualismo, provando que a lógica da propriedade não é a única fonte de inspiração, não é indeclinável. Mesmo sujeitas ao descarte periódico característico desta ordem perversa, cem anos depois ainda há quem absorva e reverencie, mesmo que isso implique acampar na calçada.

Esse lugar pertencia a eles. Mas isso não constava em nenhum documento, não havia comprovação jurídica, escritura ou contrato de compra e venda. Sua luta então era ancorada por outros elementos, outra maneira de dar sentido ao território que não como mercadoria. Esses instrumentos deveriam ser construídos, elaborados com consistência pelo coletivo a fim de sensibilizar o legislativo e o judiciário para formalizar a concessão.

Enquanto pesquisador dedicado aos processos urbanos e antropólogo de formação, uma função me foi atribuída. Até aquele dia, meu envolvimento com as ocupações de moradia não passava de ser mais um indivíduo operando para dar volume às demandas mais emergenciais. Era a primeira vez em que recebi o convite para exercer uma função na condição de profissional, contribuir através da minha área de atuação, materializar em ação direta tudo que me aprofundei nos estudos referentes a essa matéria. Foi-me oferecida a tarefa de elaborar uma investigação etnográfica, desenvolvendo um documento tipificado como relatório circunstanciado pela disciplina antropológica.

Um conjunto de evidências testemunhadas antropologicamente na narrativa daquilo que foi transmitido de forma oral às gerações seguintes, naquilo que foi alienado



dos registros e documentos oficiais, o que restou de ruína, cujos resíduos suscitam uma decifração, um ordenamento narrativo com sentido histórico, e isso seria feito a partir da escuta testemunhal de suas narrativas. Esse documento visava reconstituir a história dos territórios negros, fatos que dão subsídio e legitimidade à retomada pelos descendentes dos seus antigos legatários. Num primeiro instante, articulamos uma equipe multidisciplinar para compor esse relatório circunstanciado, que passou a se reunir para coletar dados, ocorrências narradas por vizinhos, algum registro documental ou bibliográfico, legislação urbana, tudo que fosse possível para se apropriar da história do Areal e, mais ainda, dos caminhos guarani que antecederam o surgimento do município. Em paralelo, passei a cartografar o cotidiano do acampamento, interagindo com as famílias, cooperando nas tarefas práticas, participando das atividades e reuniões.

Em um dia comum, quando fazia a pé o percurso da minha casa até o acampamento, atalhando pelo campus central da UFRGS, me deparei com uma reunião de um grupo de pesquisa, no ambiente externo mesmo. Lá reconheci um amigo, que me apresentou às pessoas. Era um grupo associado à Faculdade de Arquitetura, que trabalhava com a paisagem urbana e as narrativas. O grupo Margem - Laboratório de Narrativas Urbanas, coordenado pela professora Daniele Caron, possuía uma agenda voltada às temáticas do meu interesse e, pasmem, planejavam uma interação com a Ocupação Baronesa. Não faria sentido desperdiçar um vínculo com o grupo, que acabei por me “filiar” e cá estou até hoje, mesmo sendo estudante de outro PPG. Minha pesquisa começou a emergir, tomar corpo. Além do grupo, me inscrevi em disciplinas afins, que me dessem material para pensar essa questão do impacto das retomadas na subjetivação do espaço urbano e o papel da narrativa na disputa pelo território.

Amadurecendo dia a dia o processo de resistência, provocando a prefeitura, com elementos que propiciassem uma negociação viável, bolando projetos que dessem uma função social para além da moradia, políticas de geração de renda, acolhimento, centro cultural, cooperativas, etc., esse processo coletivo amadureceu novas concepções sobre a cidade, o direito ao território, o acesso a direitos, as diversas territorialidades possíveis forjadas pela sobrevivência e em razão da autodeterminação.

Passei a conviver com mais periodicidade com aquelas pessoas, em seu cotidiano intenso para manter erguida a resistência. Cheguei a passar uma ou duas noites lá. Oficinas, reuniões programáticas, atividades culturais para as crianças e rangos coletivos



intensificaram a aliança afetiva entre os componentes, criando uma espécie de comunidade heterogênea de luta. Desse organismo transbordariam tentáculos para fora daquele território, abrangendo outros na medida em que a rede crescia. Um território itinerante, a depender da ocasião.

A princípio, a prefeitura esteve disposta a dialogar e considerou os argumentos trazidos. Só que, quando menos se esperava, na surdina e sem aviso prévio, o acampamento foi acordado pela Ronda Ostensiva Municipal (ROMU) – um segmento específico da Guarda Municipal – exigindo a retirada das famílias e seus pertences, pois havia sido ordenada a demolição dos sobrados. De maneira arbitrária e desonesta, a prefeitura decidiu pôr abaixo seu próprio patrimônio, com o qual há anos nada se fazia. Alegando que a estrutura estava comprometida e que punha as pessoas em risco, foi ordenado de maneira ostensiva, e sem dar o tempo necessário para as famílias organizarem seus pertences, que se retirassem. A Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) foi acionada para acolher os acampados, sugerindo uma proposta indecente de fragmentar as famílias em unidades de acolhimento institucional. Era a única alternativa que a prefeitura oferecia como contrapartida ao despejo: ficarem separados, segmentados, fragilizados.

Assim que a Guarda chegou, fomos acionados para fazer volume e impedir ou documentar qualquer ato violento do Estado. Também para demonstrar que eles não estavam sós, tinham apoiadores em sua defesa. Fomos lá, mas sem conseguir impedir a operação. Pedimos mais prazo, dissemos que estávamos em pleno diálogo com o poder público, que a articulação era séria e respaldada por entidades e grupos de pesquisa, que já havíamos contratado profissionais para estudar a estrutura e produzir um laudo técnico de segurança. Mas, como de costume em operações do estado, quem deu a ordem não estava lá. Estavam apenas servidores, alheios à ciência da situação, incapazes de negociar e obrigados a cumprir seu comando, independentemente de suas ponderações.

Uma força tarefa foi feita para que nada dos pertences ficasse para trás, para que idosos, crianças e gestantes (sim, havia gestantes) não somatizassem o terror da operação, para que fossem registrados quaisquer atos abusivos das autoridades. Todos assistiram com muita dor à retroescavadeira fazendo seu trabalho, destruindo tudo impiedosamente, pondo abaixo um projeto potente e pertinente para a cidade como um todo.



Enquanto se decidia em assembleia extraordinária o destino da Baronesa, notou-se que, no meio dos escombros, algo solitário permaneceu em pé. A árvore ancestral que se situava no pátio dos fundos, antiga ao ponto de ter testemunhado a comunidade do Areal, gerações atrás. Árvore diante da qual a ocupação consagrou como sua “Tekoha”. Tekoha é uma palavra guarani que literalmente se traduz por terra. Mas, tendo em vista o sentido que o povo Guarani atribui à terra, o termo significa muito mais. O prefixo teko – representa as normas e costumes da comunidade, enquanto que o sufixo – ha tem a conotação de lugar. Tekoha é o lugar físico (que inclui todos os elementos materiais ou imateriais ali presentes) onde o modo de vida Guarani se desenvolve. É a extensão do povo e sua fonte de vida.

Diferente do louvor à propriedade tal como cultua o sistema capitalista, Tekoha não é posse de ninguém. Não é patrimônio, não se precifica, não é cenário neutro tampouco recurso para o progresso civilizatório. Tekoha não é permanente, movimentar-se com o caminhar do povo guarani. É uma entidade inigualável, onde a vida é tecida, invocada até hoje como símbolo da luta persistente dos povos indígenas por seu livre existir.

E a tekoha da Ocupação Baronesa persistiu intacta à necropolítica dos gestores urbanos, provando que aquela chama duramente preservada não se encerraria ali, como desejavam os mandantes. De repente, um lindo gesto espontâneo lampejou coletivamente. Todo mundo que estava lá envolvido, lamentando o terrível episódio, amparando uns aos outros, entrou dos escombros e, dando as mãos, contornamos a tekoha com nossos corpos em um esplêndido abraço. A árvore foi adotada como símbolo do movimento até hoje, e, como se a história insistisse em reprisar, outra vez reuniram os seus e migraram em busca de um destino.

Do projeto de demolição do conjunto de sobrados, escapou-se uma árvore. As retroescavadeiras colocaram abaixo toda estrutura dos imóveis, mas ironicamente, deixaram intacta a árvore ancestral, a qual os ocupantes atribuíam como o ente mais precioso e sagrado da ocupação. A Baronesa não morreu, a Baronesa resiste. Foi compreendido entre todas e todos que a finalidade da operação foi fragmentar o coletivo e desidratar, com ele, a força da ideia sobre a qual se agarraram. Mas a árvore, consagrada como Tekoah do movimento, não sucumbiu. Assim como, depois do impacto da perda, o projeto ganhou mais adesão e estímulo, conseguindo se deslocar para outro imóvel



abandonado, dias depois, igualmente em situação irregular conforme às normativas do Estatuto das Cidades.

O coletivo já era outro, se reinventou das ruínas, e lá, no Bairro da Cidade Baixa, igualmente circunscrita em território negro e indígena, ergueram o primeiro Centro de Referência Indígena Afro do Rio Grande do Sul, abrindo um novo capítulo na luta pelo direito de existir.

Este intervalo que se pavimentou da ocupação à retomada, de maneira nenhuma tem uma conotação hierárquica. Trata-se de uma dilatação no espaço-tempo que fez lampear questões até então sem traduções na nossa gramática, foragidas do debate contemporâneo sobre o direito à moradia, seja na esfera acadêmica, seja na esfera militante. Mas, o que soa como mais extraordinário para essa cartografia é o seu poder de escapular e colapsar todo aparato que sustenta a subjetivação moderna, relegada à inépcia, uma vez ancorada na crença de que a decodificação e o domínio da verdade, a chave para todos os enigmas e mistérios, a resposta correta para o aperfeiçoamento da condição humana, se concentra no futuro, naquilo que ainda há de ser conquistado, que ainda há de ser derrotado. Inconcebível que se esconda nas ruínas do passado primitivo. Foi com meu corpo entregue à sorte da errância, na renúncia do que sou, confiado à indeterminação, ciente da possibilidade de ser o outro de mim mesmo, que fui surpreendido por uma garrafa boiando na superfície oceânica, que guardava no seu interior um bilhete, um indício. Nele estava escrito aquilo que impulsionou meu movimento, meu apetite que me conduziu até aqui e que agora retorno ao ponto de partida: em que grau as ocupações e retomadas em território urbano fazem germinar processos de subjetivação contra-hegemônicos à altura de viabilizar horizontes de habitabilidade nas cidades com maior imunidade à captura do capitalismo?

Referências

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas, volume I*. Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARON, Daniele; ISOPPO, Rodrigo; OLIVEIRA, Katia; PERSEU, Gian. Narrativas à margem: deslocar epistemes para uma metodologia do comum. *VIRUS*, São Carlos, n. 20, 2020. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus20/?sec=4&item=7&lang=pt>. Acesso em: 22 jul. 2020.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mille plateaux*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.



ESCÓSSIA, Liliana; KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo. *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

FERREIRA NETO, João. Processos de subjetivação e novos arranjos urbanos. *Revista do Departamento de Psicologia da UFF*, v. 16, n. 1, p. 111-120, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. Governamentalidade. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979a.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade Vol 1: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1979b.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. (orgs.). *Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

KEARNEY, Richard. Narrativa. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 409-438, mai/ago. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/30354>. Acesso em: 31 mar. 2025.

MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 48, p. 151-166, 2003. Disponível em: https://revistas.usp.br/eav/pt_BR/article/view/9928. Acesso em: 31 mar. 2025.

MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. *CaderNAU-Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas*, v.8, n. 1, p. 11-22, 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/index.php/cnau/article/view/5518>. Acesso em: 31 mar. 2025.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018a.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: N-1 Edições, 2018b.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, Raquel. Paisagens para a renda, paisagens para a vida. *Revista Indisciplinar*, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 18-45, 2019. Disponível em:



<https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/32741>. Acesso em: 31 mar. 2025.

ROUSSEAU, Jean Jaques. O contrato social. *In: Oeuvres complètes, tome III*. Collection “Pléiade”. Paris: Gallimard, 1757.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. *In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2002.

VIEIRA, Daniele. *Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800 – 1970): Geografia histórica da presença negra no espaço urbano*. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

VILLAÇA, Flavio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. *In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs.). O Processo de Urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 160-243.



De la ocupación a la reanudación: cartografiar procesos de subjetivación en el territorio urbano

RESUMEN: Dado que la ciudad no puede entenderse disociada de la producción de subjetividad, este artículo busca comprender el fenómeno de la urbanización moderna como un despliegue socioespacial de lo que Achille Mbembe denomina Necropolítica: un proyecto de poder codiciado por el Occidente capitalista, dentro del cual canoniza al sujeto europeo como universal, basándose en supuestos autodeterminados por la raza. Presentando un proceso cartográfico en la vida cotidiana insurgente de la Ocupación Baronesa, una reanudación de territorio, ubicada en uno de los primeros territorios negros de la ciudad de Porto Alegre, este artículo investiga el uso cotidiano de la planificación urbana como estrategia para respaldar el genocidio, el etnocidio y el epistemicidio contra poblaciones que cultivan diferentes sentidos de territorialidad. Inspirado en la genealogía de Foucault, este artículo busca examinar la historia a contracorriente, centrando su mirada en los puntos donde el choque de fuerzas antagónicas es inevitable, revelando la cara controvertida del discurso moderno, así como las agencias que resisten a esta captura y ofrecen otros horizontes de subjetivación para la planificación urbana más allá de la gramática capitalista. Lo hará a través de un recorrido inmersivo por el territorio que, a su paso, ha ofrecido nuevos paradigmas epistemológicos al urbanismo en el ámbito institucional y académico y a la lucha por la reforma urbana en el ámbito militante.

Palabras clave: ocupación; reanudación; subjetivación; territorio urbano; cartografía.

From occupation to recapture: mapping processes of subjectivation in urban territory

ABSTRACT: Since the city cannot be understood dissociated from the production of subjectivity, this article aims to understand the phenomenon of modern urbanization as a socio-spatial unfolding of what Achille Mbembe calls Necropolitics: a power project coveted by the western capitalist, within which it canonizes the european subject as universal based on assumptions self-determined by race. Presenting a cartographic process in the insurgent daily life of the Baronesa Occupation, a territorial recapture located in one of the first black territories in the city of Porto Alegre, this article investigates the ordinary use of urban planning as a strategy to endorse genocide, ethnocide, and epistemicide against populations that cultivate different senses of territoriality. Inspired by Foucault's genealogy, this article seeks to examine history against the grain, focusing its gaze on where the clash of antagonistic forces is inevitable, revealing the controversial face of modern discourse, as well as the agencies that resist this capture and offer other horizons of subjectivation for urban planning outside the capitalist grammar. It will do this through an immersive journey through the territory that, in its course, has offered new epistemological paradigms to urban planning in the institutional and academic spheres and to the struggle for urban reform in the militant sphere.

Keywords: occupation; recapture; subjectivation; urban territory; cartography.